

AULA EXTRA: Afirmações da Cesgranrio - Resumo de Auditoria para Transpetro.

Olá pessoal!

Segue **resumo de Auditoria** para a prova da **Transpetro**, que será aplicada amanhã (12/06).

Ao longo do nosso curso, **comentamos centenas de questões** de provas de concursos anteriores, **sendo que 65** (sessenta e cinco) delas eram da **Cesgranrio**.

Com isso, aprendemos muito de como a banca "entende" nossa disciplina, e selecionamos suas afirmações, para que vocês possam dar uma última olhada na matéria antes do dia "D".

Todas as assertivas foram extraídas de questões da Cesgranrio, ou seja, podemos considerá-las como uma **"jurisprudência" atualizada da banca** que elaborou a prova.

Não se assustem se uma das afirmações abaixo estiver contida na prova de amanhã.

Dúvidas, só perguntar no fórum do curso ou podem me enviar uma mensagem:



(61) 98104-2123

Abrços e boa prova a todos.

CLAUDENIR



PALAVRA DA CESGRANRIO

- 1.** A **responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis** é da própria **empresa** (da administração da empresa).
- 2.** São **objetivos gerais do auditor**, ao conduzir a auditoria das demonstrações contábeis: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro, permitindo que o auditor expresse sua opinião sobre a elaboração dessas demonstrações consoante a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- 3.** Quando se objetiva determinar se certas atividades financeiras ou operacionais de uma entidade obedecem às regras ou regulamentos que a elas se aplicam, realiza-se uma **auditoria de compliance**.
- 4.** A atividade que tem entre os seus objetivos verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos, conforme o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é denominada **auditoria contábil**.
- 5.** O processo pelo qual o auditor se certifica de que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa, por meio da emissão de parecer, caracteriza a **auditoria externa**.
- 6.** O **parecer do auditor independente** pode ser classificado em: sem ressalva, com ressalva, adverso ou com abstenção de opinião.
- 7.** Uma das principais características que **diferencia o auditor interno do auditor externo** é que o auditor interno tem como objetivo verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes.
- 8.** A **Governança Corporativa** tem como um dos seus pilares a constituição e o funcionamento de um **Conselho de Administração**. Uma das melhores práticas de Governança Corporativa, vinculada ao Conselho de Administração, é a separação das funções de presidente do Conselho e executivo chefe.
- 9.** Governança Corporativa é basicamente o sistema pelo qual as Companhias são dirigidas e monitoradas, para reduzir os conflitos de interesse, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, diretoria, auditoria independente e Conselho Fiscal.
- 10.** Um dos **elementos-chave da governança corporativa** é o relacionamento entre partes interessadas, que tanto pode se referir a

divergências entre acionistas e gestores, quanto a divergências entre acionistas majoritários e minoritários. Esses relacionamentos são denominados conflitos de agência.

11. A **Lei Sarbanes-Oxley** promove ampla regulação da vida corporativa, fundamentada nas boas práticas de governança corporativa. Seus focos são exatamente os quatro valores que, há duas décadas, vinham sendo enfatizados pelo ativismo pioneiro, que são: compliance, accountability, disclosure e fairness.

12. Na gestão empresarial, **cabe à Administração** da empresa **estabelecer o sistema de controle interno** e o respectivo acompanhamento de sua correta adoção por parte dos executores, como um todo, visando a adaptá-lo rapidamente a novas circunstâncias gerenciais, se necessário.

13. Ao se dizer que os acessos aos ativos e aos registros contábeis devem ser realizados por indivíduos distintos, está sendo enunciado o princípio do controle interno da **segregação de funções**.

14. Os **objetivos do controle interno** são: proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a equipe gestora na condução organizada dos negócios da empresa. Para atingir esses objetivos, torna-se necessária a realização de controles contábeis e de controles administrativos;

15. A metodologia estabelecida pelo **COSO** (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) foi concebida com a finalidade de auxiliar na gestão empresarial, estabelecendo um padrão de melhores práticas de controles internos.

16. Os **cinco componentes** básicos definidos pelo **COSO** (1ª Edição) devem estar alinhados para atender os objetivos ligados à eficácia e eficiência das operações, confiabilidade nas demonstrações financeiras e cumprimento de leis e normas (*compliance*).

17. Os **controles internos** podem ser classificados como preventivos ou detectivos, dependendo do objetivo e do momento em que são aplicados.

18. São exemplos de **controles preventivos**: Segregação de funções; Limites e alçadas; e Autorizações.

19. São pressupostos para caracterização das **boas práticas de governança no setor público**: a transparência, a equidade, a accountability e o compliance.

20. Entre as dimensões que devem ser abrangidas em um sistema de controles internos, na ótica do **COSO**, incluem-se: ambiente de controle, estabelecimento de metas, identificação de problemas, avaliação de risco e monitoramento.

21. O **planejamento da auditoria** envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.

22. Em uma organização, a implantação do processo de auditoria deve ser dividida em etapas, que devem ser cumpridas para que se alcancem todos os objetivos propostos com a execução desse processo. A primeira etapa do processo de auditoria deve ser o planejamento.

23. Antes do início da auditoria, a equipe deve programar o trabalho de forma objetiva e eficaz. O **programa de trabalho** é um dos papéis utilizados como ferramenta valiosa nessa função, no qual estão contidos os procedimentos de auditoria, a identificação dos auditores responsáveis e os campos para referências, observações e data de execução dos procedimentos.

24. Um dos principais **objetivos** a ser atingido no **planejamento da auditoria** é determinar a natureza, amplitude, volume e data dos testes de auditoria.

25. O documento de trabalho que contém a relação dos procedimentos de auditoria que serão executados, o responsável pela execução de cada procedimento e uma coluna para inserção de referências e comentários é denominado **programa de trabalho**.

26. Dentre os procedimentos que devem ser executados pelos auditores, incluem-se os **testes substantivos**, que visam à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil ou dos processos da entidade.

27. Os **procedimentos da Auditoria Interna** constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.

28. Na Auditoria Interna, na aplicação dos **testes de observância**, devem ser considerados os seguintes procedimentos inspeção, observação, investigação e confirmação.

29. O **objetivo do auditor independente** (externo) consiste na emissão de opinião fundamentada nas demonstrações financeiras

auditadas. Para tal, torna-se necessário que se realizem testes que lhe permitam formar essa opinião.

30. O entendimento técnico-conceitual de **teste em auditoria** é: “processo realizado pelo auditor que lhe permite fazer a reunião de elementos comprobatórios”.

31. A **confirmação de saldos**, pelo auditor, pode ser feita de duas formas: positiva ou negativa. Entende-se que existe a confirmação positiva quando é solicitado ao devedor que ele responda se o saldo informado está correto ou não.

32. Um desfalque temporário em que o empregado recebeu o dinheiro do cliente, referente a uma Duplicata a Receber por venda anterior a prazo, mas não o entregou no caixa nem registrou a operação, pode ser detectado pela Circularização (confirmação) do saldo.

33. As **evidências de auditoria** são obtidas por meio de testes que podem ser classificados em duas grandes categorias: teste de cumprimento de normas internas, também chamado de teste de observância, e teste de comprovação, também chamado de teste substantivo.

34. A opinião do auditor precisa estar fundamentada em fatos comprovados, **evidências** factuais e informações irrefutáveis.

35. Os **papéis de trabalho** podem ser classificados como permanentes ou correntes de acordo com a sua aplicabilidade no processo de auditoria.

36. São exemplos de **papéis de trabalho** correntes os questionários de controle interno.

37. São exemplos de **papéis de trabalho permanentes**:

- as atas das reuniões de assembleia geral extraordinária.
- as cópias do estatuto ou contrato social da empresa.
- os manuais de procedimentos internos.
- a legislação específica aplicável ao negócio da empresa auditada.

38. O auditor deve elaborar papéis de trabalho que suportem sua opinião para emissão do parecer final. Os papéis de trabalho representam o registro de todas as evidências obtidas ao longo da execução da auditoria.

39. Os papéis de trabalho são identificados por códigos de acordo com a metodologia de cada auditor.

Empresa XYZ 31.12.2010 Caixa e Bancos	Ref. A Elaborado por: Fulano Revisado por: Sicrano
Em Reais	
Caixa	50.000,00
Bancos	300.000,00 (A 2)
	<hr/>
	350.000,00

Empresa XYZ 31.12.2010 Bancos	Ref. A 2 Elaborado por: Fulano Revisado por: Sicrano
Em Reais	
Banco Z	50.000,00
Banco W	250.000,00
	<hr/>
	300.000,00 (A)

40. Na figura acima, observa-se um tipo de ligação de dados entre dois papéis de trabalho, denominada **referência cruzada**.

41. Os papéis de trabalho são ferramentas muito valiosas durante a execução do processo de auditoria, pois são os documentos que evidenciam e suportam a conclusão do auditor, além de representar a garantia quanto à integridade, à exatidão e à qualidade dos procedimentos realizados e resultados gerados.

42. Um risco baseado na análise de cálculos complexos e de contas compostas de valores baseados em estimativas contábeis sujeitas a incertezas significativas de estimativa é considerado **risco inerente**.

43. O auditor lida com o risco de não identificar erros ou irregularidades relevantes, por ser o exame efetuado em base de testes, e esse risco é classificado como **risco de detecção**.

44. No momento conclusivo de um trabalho de auditoria, o auditor deverá emitir um parecer sobre tudo o que foi analisado naquele período.

45. Quando o auditor não obtém elementos comprobatórios suficientes para formar sua opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, ele emitirá uma negativa de parecer (ou abstenção de opinião (como foram tomadas em conjunto, as distorções foram consideradas generalizadas).

46. Abstenção de opinião significa **negativa de parecer**, para a Cesgranrio.

47. Abstenção de opinião. É emitido quando o auditor não obtém elementos comprobatórios suficientes para formar sua opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto; ocorre, normalmente, em função de limite no escopo do exame ou de incertezas que possam ter efeito bastante relevantes sobre a situação patrimonial e financeira e sobre o resultado das operações.

48. Opinião com ressalvas. Caso em que o parágrafo-padrão da opinião deve ser alterado de modo a deixar de forma clara a natureza da ressalva e seu efeito sobre a situação patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos, se esse efeito puder ser razoavelmente determinado.

49. Parecer adverso. É emitido quando o auditor possui, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, informações suficientes para formar a opinião de que as demonstrações financeiras não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira assim como o resultado das operações.

50. Parecer sem ressalvas. É emitido quando o exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e os princípios contábeis, aplicados com uniformidade, sendo que as demonstrações financeiras contêm todas as exposições informativas necessárias.

51. Um **relatório** de término de trabalho de campo de **auditoria interna**, para que seja bem entendido, deve conter, **no mínimo**, determinados pontos:

- Introdução contendo os objetivos e o escopo do trabalho.
- Metodologia de trabalho utilizada durante a auditoria.
- Pontos de controle identificados com o apontamento dos riscos e as recomendações de melhoria.

52. Após a emissão do relatório final, inicia-se uma nova fase no processo de auditoria interna, que é o **acompanhamento da implementação das ações corretivas**.

53. Na implementação das ações corretivas, a área ou setor auditado e responsável pelas ações corretivas deve organizar um plano de ação discutido e aprovado em conjunto com a Auditoria Interna, considerando aspectos como: prazo, orçamento, ferramentas, contingente e treinamento.

54. Uma **limitação na extensão do trabalho** conduz aos tipos de parecer **com Ressalva ou Abstenção de Opinião**.

55. Quando houver incerteza em relação a fato relevante, cujo desfecho poderá afetar significativamente a posição patrimonial e financeira de uma entidade, bem como o resultado de suas operações, o auditor deve adicionar um **parágrafo de ênfase** em seu parecer, após o parágrafo de opinião.

56. Na proteção dos ativos da Instituição, o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade é denominado **auditoria interna**.

57. Para se resguardar dos diversos riscos inerentes aos processos internos, a empresa utiliza controles internos contábeis ou técnicos e administrativos.

58. Um exemplo de controle interno administrativo é a **análise estatística**.

59. Os controles que compreendem o plano de organização e de procedimentos referentes, principalmente, à eficiência operacional e à obediência às diretrizes administrativas, que normalmente se relacionam apenas de forma indireta com os registros contábeis e financeiros, são os controles administrativos.

60. A atividade de auditoria interna deve avaliar a adequação e a eficácia dos controles, abrangendo a governança, as operações e os sistemas de informação.

61. As normas de auditoria estabelecem que o auditor deve avaliar o sistema de controles internos a fim de determinara natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria.

62. Os **controles internos** podem ser considerados como o conjunto de políticas adotadas pelas empresas com o intuito de minimizar riscos e melhorar processos.

63. Um sistema de controle interno, para ser mais efetivo na sua aplicabilidade, deve ser conduzido pelo Conselho da empresa, pela alta Administração, pelos gestores, bem como pelos demais níveis hierárquicos, fazendo com que a cultura desse sistema possa ser plenamente assimilada, compreendida e praticada por todos da organização, para alcançar os respectivos objetivos de desempenho, informação e conformidade.

64. Os **controles internos** devem contemplar procedimentos que permitam **avaliar a qualidade dos ativos**.

65. A **responsabilidade** primária pela **detecção de fraudes** é da **Administração** da empresa.